

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2017, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
 A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronáutico e de máquinas e equipamentos, destacando-se como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.
 No final do semestre, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 117 milhões, correspondendo a R\$ 4.956,96 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.357 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 7,17% sobre o patrimônio líquido médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.
 Em 30 de junho de 2017, o total de Ativos somava R\$ 79.876 milhões, destacando-se R\$ 20.369 milhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 54.570 milhões em Títulos e Valores Mobiliários, R\$ 2.303 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a

valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 74.162 milhões de Debênturas e R\$ 28 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 1.599 milhões. A Instituição possui 3.630.089.392 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 46.285 milhões.
 Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no semestre, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.
 Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
ATIVO		
CIRCULANTE	74.617.123	96.729.083
DISPONIBILIDADE (Nota 4)	4.984	6.195
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	19.983.160	44.763.749
Aplicações no Mercado Aberto	19.983.160	23.947.575
Operações em Depósitos Interfinanceiros	-	20.816.174
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	54.570.299	51.854.960
Carteira Própria	54.516.891	51.802.980
Vinculados à Prestação de Garantias	53.408	51.980
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(53.394)	(13.904)
Operações de Arrendamentos a Receber:		
- Setor Privado	1.050.327	1.166.192
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.008.998)	(1.076.373)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(94.723)	(103.724)
OUTROS CRÉDITOS	88.694	78.895
Diversos (Nota 8)	88.694	78.895
OUTROS VALORES E BENS	23.380	39.188
Outros Valores e Bens	91.057	106.326
Provisões para Desvalorizações	(67.677)	(67.138)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.334.565	999.332
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	386.032	167.578
Aplicações no Mercado Aberto	384.930	166.603
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.102	975
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(63.984)	(59.199)
Operações de Arrendamentos a Receber:		
- Setor Privado	1.174.683	1.119.216
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.174.529)	(1.119.146)
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(64.138)	(59.269)
OUTROS CRÉDITOS	1.012.390	890.644
Diversos (Nota 8)	1.012.390	890.644
OUTROS VALORES E BENS	127	309
Despesas Antecipadas	127	309
PERMANENTE	3.923.980	4.674.391
INVESTIMENTOS (Nota 9)	60.358	56.485
Participações em Coligadas:		
- No País	53.543	49.670
Outros Investimentos	26.394	26.394
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.737	2.746
Imóveis de Uso	25.056	25.056
Outras Imobilizações de Uso	155	155
Depreciações Acumuladas	(22.474)	(22.465)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7)	3.860.885	4.615.160
Bens Arrendados	6.785.519	7.251.321
Depreciações Acumuladas	(2.924.634)	(2.636.161)
TOTAL	79.875.668	102.402.806

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.995.734	7.124.042
Operações de Crédito (Nota 7h)	28.331	43.761
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7i)	893.910	941.602
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	5.083.493	6.138.679
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.817.246)	(6.924.443)
Operações de Captações no Mercado	(5.081.465)	(6.132.369)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	(890)	(890)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7j)	(751.732)	(798.948)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	16.347	7.764
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	178.488	199.599
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	13.540	(8.857)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(8.686)	(20.282)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(10.451)	(11.051)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.857	2.120
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	48.206	45.491
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(17.386)	(25.135)
RESULTADO OPERACIONAL	192.028	190.742
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(17.509)	(24.063)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	174.519	166.679
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	(57.609)	(74.373)
Provisão para Imposto de Renda	(28.220)	(39.288)
Provisão para Contribuição Social	(19.447)	(30.776)
Ativo Fiscal Diferido	(9.942)	(4.309)
LUCRO LÍQUIDO	116.910	92.306
Número de ações (Nota 15a)	23.585	23.422
Lucro por ação em R\$	4.956,96	3.941,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	174.519	166.679
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	673.022	766.170
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.347)	(7.764)
Depreciação e Amortização	554.746	560.924
Provisões/(Reversões) Cíveis e Fiscais	(14.905)	15.094
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.857)	(2.120)
Insuficiência de Depreciação	139.039	180.657
Provisão para Desvalorização de outros valores e bens	12.346	19.379
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	847.541	932.849
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.021.887)	10.232.744
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	29.059.007	(16.880.853)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	1.838	(305)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(20.786)	(24.537)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(66.939)	97.670
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(12.520)	(22.453)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(271.490)	(298.836)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(113.051)	(66.269)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	28.401.713	(6.029.990)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos	40	38
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	40	38
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debênturas	(27.791.030)	4.924.815
Dividendos Pagos	19.653	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(27.771.377)	4.924.815
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	630.376	(1.105.137)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	4.831.380	15.804.635
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	5.461.756	14.699.498
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	630.376	(1.105.137)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial Coligadas	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2015	2.290.000	244.080	563.752	-	-	3.097.832
Lucro Líquido	-	-	-	-	92.306	92.306
Destinações - Reservas	-	4.615	65.768	-	(70.383)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(21.923)	(21.923)
Saldos em 30.6.2016	2.290.000	248.695	629.520	-	-	3.168.215
Saldos em 31.12.2016	2.312.267	254.122	701.910	(40)	-	3.268.259
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	46	-	46
Lucro Líquido	-	-	-	-	116.910	116.910
Destinações - Reservas	-	5.846	83.298	-	(89.144)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(27.766)	(27.766)
Saldos em 30.6.2017	2.312.267	259.968	785.208	6	-	3.357.449

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
Descrição	2017	%	2016	%
1 - RECEITAS	6.025.392	3.257,5	7.128.099	4.010,7
1.1) Intermediação Financeira	5.995.734	3.241,5	7.124.042	4.008,4
1.2) Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	16.347	8,8	7.764	4,4
1.3) Outras	13.311	7,2	(3.707)	(2,1)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.833.593)	(3.153,8)	(6.932.207)	(3.900,4)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(8.682)	(4,7)	(20.067)	(11,4)
Serviços Técnicos Especializados	(2.011)	(1,5)	(4.674)	(2,6)
Serviços do Sistema Financeiro	(2.017)	(1,1)	(2.519)	(1,4)
Processamento de Dados	(1.622)	(0,9)	(1.568)	(0,9)
Jurídicas Processuais	(1.335)	(0,7)	(10.062)	(5,7)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(384)	(0,2)	(453)	(0,4)
Aprensão de Bens	(114)	(0,1)	(418)	(0,2)
Outras	(389)	(0,2)	(373)	(0,2)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	183.117	99,0	175.825	98,9
5 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(4)	-	(215)	(0,1)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE(4-5)	183.113	99,0	175.610	98,8
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.857	1,0	2.120	1,2
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.857	1,0	2.120	1,2
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	184.970	100,0	177.730	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	184.970	100,0	177.730	100,0
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	68.060	36,8	85.424	48,1
Federais	64.835	35,1	82.397	46,4
Municipais	3.225	1,7	3.027	1,7
9.2) Remuneração de Capitais Próprios	116.910	63,2	92.306	51,9
Dividendos	27.766	15,0	21.923	12,3
Lucros Retidos	89.144	48,2	70.383	39,6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
 A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing" ou "Instituição") tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
 As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2017.
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Bradesco Leasing.
b) Apuração do resultado
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.
 As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
 As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.
c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
 A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
 As operações comprometidas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.
e) Títulos e valores mobiliários
 • Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 • Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
 • Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
 Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.
 A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.
f) Operações de arrendamento mercantil
 A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:
I - Arrendamentos a receber
 Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)
 Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.
III - Imobilizado de arrendamento
 É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.
IV - Perdas em arrendamentos
 Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação
 Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7), com

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Uma perda por redução do valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Os recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses estão apresentados na Nota 11.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: são reconhecidos quando o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza, estão apresentados na Nota 13.

m) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

n) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 23.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Disponibilidades em moeda nacional	4.984	6.195
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	5.456.772	14.693.303
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.461.756	14.699.498

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias
Títulos para negociação (3)	51.882.363	225.272	248.442
Letras financeiras do tesouro	7.878.696	46.824	248.442
Letras financeiras	-	140.094	-
Debêntures	-	38.354	-
Letras do tesouro nacional	28.751.309	-	-
Notas do tesouro nacional	14.731.414	-	-
Cotas de fundos (4)	520.944	-	-
Total em 2017	51.882.363	225.272	248.442
Total em 2016	45.651.403	32.183	191.542

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que inclui operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimentos, foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No encerramento do semestre a Bradesco Leasing possuía R\$ 54.516.891 mil (30.6.2016 - R\$ 51.802.980 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Aplicações em cotas de fundos efetuadas pelo Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andrômeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	1.314.879	3.685.167
Títulos de renda fixa	3.768.614	2.453.512
Total	5.083.493	6.138.679

d) Instrumentos financeiros derivativos
A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08
A Instituição é parte integrante da Organização e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e atenuação regulamentos pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, reorientadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

- Carteira *Trading*: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação e destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à venda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e
- Carteira *Banking*: composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedged*.

	Em 30 de junho de 2017					
	Carteira Banking (1)					
	2017		2016			
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(91)	(21.147)	(40.989)	(77)	(24.488)	(47.004)
Índices de preços						
Cupom cambial	(2)	(234)	(446)	(2)	(224)	(425)
Moeda estrangeira	(48)	(1.198)	(2.395)	(194)	(4.833)	(9.666)
Renda variável	(314)	(7.853)	(15.706)	(302)	(7.540)	(15.081)
<i>Soberanos/ eurobonds e treasuries</i>						
Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	(7)	(382)	(741)	-	(6)	(12)
Total sem correlação	(462)	(30.839)	(60.327)	(576)	(37.177)	(72.359)
Total com correlação	(284)	(15.445)	(29.653)	(267)	(25.208)	(48.503)

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,30 foi utilizado um cenário de R\$ 3,34, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,34% foi aplicado um cenário de 8,35%.

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,30 foi utilizado um cenário de R\$ 4,13, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,84% foi utilizado um cenário de 11,05%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choques de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,30 foi utilizado um cenário de R\$ 4,95, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 8,84% foi utilizado um cenário de 13,26%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choques de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Arrendamentos financeiros a receber	2.225.010	2.285.408
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(2.183.527)	(2.195.519)
Bens arrendados financeiros e perdas em arrendamentos (líquidas) (Nota 7j)	6.785.519	7.251.321
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros (Nota 7j)	(2.924.634)	(2.636.161)
- Depreciação acumulada	(4.073.922)	(4.407.790)
- Superveniência de depreciação	1.149.288	1.771.629
Valor residual garantido antecipado (Nota 14b)	(1.599.295)	(2.320.179)
Total do valor presente (1)	2.303.073	2.384.870

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 2.338.957 mil (30.6.2016 - R\$ 2.271.197 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Organização em novos contratos de características similares.

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	Curso normal			Acima de 360 dias		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Operações de arrendamento mercantil	116.867	106.224	102.463	271.608	443.708	1.058.591
Total em 2017	116.867	106.224	102.463	271.608	443.708	1.058.591
Total em 2016	125.877	168.923	105.557	298.340	470.899	1.010.585

c) Carteira e prazos

Nível de risco	% Mínimo de Provisão requerido		Mínima requerida		Excedente		Total em 2017		Total em 2016	
	Vencidas	Vencidas	Vencidas	Total específica	Genérica	Total	%	%		
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	2.243	2.243	253	2.496	1,6	2.132
B	1,0	1	13	14	12.582	12.596	189	12.785	8,0	13.769
C	3,0	89	983	1.071	1.207	2.278	905	3.183	2,0	1.279
Subtotal					16.032	17.117	1.347	18.464	11,6	17.180
D	10,0	418	3.566	3.984	2.059	6.043	249	6.292	4,0	5.868
E	30,0	467	2.964	3.431	6.882	10.113	25	10.138	6,4	6.833
F	50,0	1.124	2.389	3.513	862	4.375	-	4.375	2,8	11.426
G	70,0	3.947	12.921	16.868	463	17.331	-	17.331	10,9	25.172
H	100,0	31.517	52.587	84.104	18.157	102.261	-	102.261	64,3	96.513
Subtotal					37.473	74.427	274	111.900	88,4	145.812
Total geral em 2017					37.562	75.423	1.621	112.985	100,0	158.861
%					23,6	47,5	71,1	99,0		100,0
Total geral em 2016					30.268	80.524	110.792	162.584		162.992
%					18,6	49,4	68,0	99,8		100,0

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Saldo inicial	182.031	179.533
Reversão líquida de constituição de provisão	(16.347)	(7.764)
Baixas para prejuízo	(6.823)	(8.777)
Saldo final (Nota 7j)	158.861	162.992
- Provisão específica (1)	112.985	110.792
- Provisão genérica (2)	44.256	51.792
- Provisão excedente (3)	1.621	408

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos como mínimos na Resolução nº 2.692/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 7i).

h) Recuperação/Reconhecimento

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	28.331	43.761
Reconhecimento de créditos no semestre	9.154	36.444

(1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do Bacen.

i) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Receitas de arrendamento mercantil	883.910	941.602
Despesas de arrendamento mercantil	(751.732)	(798.948)
Depreciações	(454.002)	(528.429)
Superveniência de depreciação	(139.039)	(180.657)
Valor residual garantido antecipado	(30.113)	(56.292)
Amortização	(100.740)	(32.279)
Outras	(27.838)	(1.301)
Total	132.178	142.654

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total 2017	Total 2016
Aplicações no mercado aberto (1):								
Posição bancada	5.439.224	3.807.546	1.202.880	8.463.104	1.070.406	384.930	20.368.090	24.114.178
Debêntures	5.439.224	3.807.546	1.202.880	8.463.104	1.070.406	384.930	20.368.090	24.114.178
Aplicações em depósitos interfinanceiros (1)						1.102	1.102	20.817.149
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	1.102	1.102	20.817.149
Total em 2017	5.439.224	3.807.546	1.202.880	8.463.104	1.070.406	386.032	20.369.192	24.114.178
%	26,7	18,7	5,9	41,5	5,3	1,9	100,0	
Total em 2016	9.770.819	10.148.094	1.668.476	21.607.615	1.568.744	167.578	44.931.327	100,0
%	21,8	22,6	3,7	48,0	3,5	0,4	100,0	

(1) As aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros são acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI.

b) Recetas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	1.158.530	1.979.704
Subtotal	1.158.530	1.979.704
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros:		
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	156.349	1.705.463
Total (Nota 6c)	1.314.879	3.685.167

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação capital social	Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2017	2016	2017	2016
			Em 30 de junho - R\$ mil				Em 30 de junho - R\$ mil		Em 30 de junho - R\$ mil	
- Equarius Holdings Ltda. (1)	46.500	87.302	-	8.385	19.500	3.143	17.024	15.892	613	665
- Sarel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)	476.000	2.080.507	257	3.385	1.7807	69.891	36.519	33.778	1.244	1.455
Total							53.543	49.670	1.857	2.120

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e
(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (30.6.2016 - R\$ 528 mil).

b) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Aplicações por incentivos fiscais	25.988	25.988
Títulos patrimoniais	3	3
Outros	403	403
Subtotal	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
Total	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2017	2016
Imóveis de uso:					
- Terrenos		2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.342	(22.319)	23	32
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	-	-
Total em 2017		25.211	(22.474)	2.737	
Total em 2016		25.211	(22.465)	2.746	

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Em 30 de junho - R\$ mil	
				2017	2016
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	11.306.756	14.066.390
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	12.006.934	14.034.619
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	22.508.972	28.631.638
Janeiro/2008 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	5.280.005	15.823.748
Junho/2011 (5)	4.750.000	2026	100% CDI	2.449.706	2.016.642
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	4.648.796	7.252.995
Outubro/2012 (6)	10.000.000	2032	100% CDI	15.960.842	14.141.227
Total	43.075.000			74.162.011	95.967.249

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

(1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.000.000 mil com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2017 contempla 12.015.106 (30.6.2016 - 705.055) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 4.854.472 mil (30.6.2016 - R\$ 252.388 mil).

(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.050.000 mil, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2017 contempla 10.782.122 (30.6.2016 - 1.293.781) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 4.356.308 mil (30.6.2016 - R\$ 463.134 mil).

(3) Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8.775.000 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2017 contempla 32.038.954 (30.6.2016 - 7.766.474) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 12.944.720 mil (30.6.2016 - R\$ 2.780.158 mil).

(5) Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2017 contempla 47.771.022 (30.6.2016 - 765.819) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 12.784.809 mil (30.6.2016 - R\$ 181.588 mil).

(7) Simples, 6ª emissão, duas séries, com data de emissão em 20 de junho de 2011, sendo a 1ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão até a data da incorporação (20/6/2016), a partir desta data passou para 4.750.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1,00, com prazo de 15 anos contados da data de emissão. E a 2ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão, com prazo de 10 anos contados da data de emissão. Perfazendo, o valor total da emissão de R\$ 9.500.000 mil, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2017 contempla 130.363.197 (30.6.2016 - 7.833.115) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 4.273.120 mil (30.6.2016 - R\$ 651.779 mil) da 2ª série.

(8) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10.000.000 mil, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10.000.000 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2017 contempla 36.198.170 (30.6.2016 - 36.198.170) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 599.452 mil (30.6.2016 - R\$ 531.112 mil).

b) Repactuação de debêntures

No semestre findo em 30.6.2017, não houve repactuação de debêntures (30.6.2016 - houve repactuação da 1ª série da 6ª emissão de debêntures com vencimento em 20.6.2016, sendo repactuada com vencimento para 20.6.2026, a quantidade de 95.000.000 a valor unitário de R\$ 50,00 passaram para a quantidade de 4.750.000 a valor unitário de R\$ 1,00).

c) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures nos semestres findos somou - R\$ 5.079.566 mil (30.6.2016 - R\$ 6.132.369 mil).

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

	Em 30 de junho - R\$ mil						
	1 a 30 dias		31 a 60 dias		61 a 90 dias		Acima de 360 dias
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
FINAME	1.645	1.405	1.260	3.030	5.295	15.570	28.205
Total em 2017	1.645	1.405	1.260	3.030	5.295	15.570	28.205
%	5,8	5,0	4,5	10,7	18,8	55,2	100,0
Total em 2016	3.287	2.967	2.729	7.325	11.646	28.712	56.666
%	5,8	5,2	4,8	12,9	20,6	50,7	100,0

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME acumuladas em 30.6.2016 - R\$ 396 mil (30.6.2016 - R\$ 890 mil).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, na qual excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a) opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas de acordo com o risco avaliado como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

CPMF - R\$ 22.948 mil (30.6.2016 - R\$ 21.977 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMP sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 122.883 mil (30.6.2016 - R\$ 112.851 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridos no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

III - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	92.368	189.470
Atualização monetária	5.536	6.307
Constituições líquidas de reversões e baixas	(6.861)	(24.952)
Pagamentos	(3.758)	-
Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 14b)	87.285	170.825
Saldo em 30 de junho de 2016 (Nota 14a)	76.744	181.749

(1) Compreendem, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e eletiva, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.419.432 mil (30.6.2016 - R\$ 1.237.213 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de julgados formais ocorridas na constituição do crédito tributário; b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 116.607.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	392.756	532.157
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.908	24.758
Impostos e contribuições a recolher	1.591	2.584
Total	402.255	559.499

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	1.599.295	2.320.179
Provisão para riscos fiscais (Nota 13b) (1)	170.825	181.749
Provisões cíveis (Nota 13b)	87.285	76.744
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.091	1.908
Outras	39.486	48.674
Total	1.897.982	2.629.254

(1) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social**
O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (30.6.2016 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado é, dividido em 23.585 (30.6.2016 - 23.422) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil
	Ordinárias		
Saldo em 30 de junho de 2016	23.422	2.290.000	
Aumento de capital por incorporação de patrimônio cindido por entidade ligada - AGE de 7.10.2016 (1)	163	22.267	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.585	2.312.267	
Saldo em 30 de junho de 2017	23.585	2.312.267	

(1) Foi homologado pelo Bacen, em 4 de novembro de 2016, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Administração de 7.10.2016, que deliberou o aumento de capital social de R\$ 22.267 mil mediante a incorporação de parcela cindida do patrimônio do HSB Bank S.A. - Banco Múltiplo, mediante a emissão de 163 novas ações.

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros	1.045.176	878.215
- Reserva legal (1)	259.968	248.695
- Reservas estatutárias (2)	785.208	629.520

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido resultante em exercício após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

d) Dividendo e juros sobre o capital próprio/dividendos

Os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos aos períodos:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido do período	116.910	92.306
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(15.845)	(4.615)
De cálculo	111.065	87.691
Dividendos propostos	27.766	21.923

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Percentual em relação à base de cálculo	25,0%	25,0%
Valor em Reais por ação	1.177,27	936,00

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços técnicos especializados	2.821	4.674

DIRETORIA
Conselho de Administração
Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros

 Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
 Milton Matsumoto
 José Alcides Munhoz
 Aurélio Conrado Boni

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretoria
Diretores Vice-Presidentes

 Domingos Figueiredo de Abreu
 Alexandre da Silva Glúher
 Josué Augusto Pancini
 Maurício Machado de Minas
 Marcelo de Araújo Noronha
 André Rodrigues Cano
 Octavio de Lazari Junior

Diretor Gerente

Luiz Carlos Angelotti

Diretor de Relações com Investidores

Alexandre da Silva Glúher

 Marcelo da Silva Rego
 Contador – CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 30 de junho de 2017, o desmembrado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 7]. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicados em nosso relatório.

• Provisão para créditos de arrendamento mercantil liquidação duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f.VI e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentado nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 158.861 mil, a Sociedade classifica suas operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Sociedade aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisão excedente). A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolve premissas e julgamentos da Sociedade, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Sociedade quanto às perdas da carteira. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e às incertezas relacionadas à estimativa de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de arrendamento mercantil, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Sociedade atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3f.VI e 7, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 11 de agosto de 2017


 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F SP

 Rodrigo de Mattos Lia
 Contador CRC 1SP252418/O-3